

Um manifesto de irresponsabilidade

Qualquer cidadão é capaz de afirmar e argumentar que uma das principais fontes do permanente conflito que regra geral degenera em conflito armado é a falta de seriedade dos órgãos eleitorais com a responsabilidade hierarquizada desde a Comissão Nacional de Eleições, passando pelo Secretariado Técnico da Administração Eleitoral, até ao Conselho Constitucional.

Esta grande verdade está ao alcance de qualquer um. A forma como os órgãos de administração eleitoral têm gerido os processos até aqui só serviu como combustível para incendiar um rastilho de pólvora sempre disponível a acenar para qualquer acto de irresponsabilidade de quem devia ser mais comedido e profissional.

De quem cabe em última instância gerir a soberania da vontade popular materialmente expressa pelo voto era de se esperar uma postura consentânea com a responsabilidade que recai sobre si, para que o julgamento feito pela escolha popular não seja só um simples depositar de voto, mas a verdadeira Assembleia Popular em que o povo finalmente toma a palavra e dá a sua opinião.

De tempos em tempos, o que nos é dado a assistir é uma Comissão Nacional de Eleições a espezinhar a expectativa popular do direito à participação política através do voto. O que devia ser um instrumento

de propaganda da democracia e da participação tornou-se num instrumento de puro fascismo e de negação do direito à participação do povo.

E quando pensávamos que a escola do sangue do passado já era suficiente para uma nova postura da Comissão Nacional de Eleições, eis que ela própria, a CNE, nos prova que estamos rotundamente enganados em relação à sua propensão para a irresponsabilidade.

As deliberações da Comissão Nacional de Eleições tornadas públicas esta semana são a prova inequívoca de que com aqueles senhores não há qualquer tipo de exercício sério que se possa esperar. A desfaçatez com que golpeiam a democracia e literalmente urinam sobre a Constituição da República e sobre todo o espírito de pacificação do país já ultrapassou o mínimo do aceitável e já está a chegar a um ponto em que o povo deve marchar para a CNE para pedir contas àqueles rapazes que gostam de brincar às irresponsabilidades.

Primeiro, foi rejeitada a candidatura de Venâncio Mondlane, com um argumento jurídico bastante duvidoso. Depois, foi rejeitada a candidatura de Samora Machel Júnior, também com um argumento inqualificável. E no caso de Samora Machel Júnior o requinte do bandidismo da CNE cheira a caso de Polícia. Quatro cidadãos visivelmente coagidos por forças antidemocráticas foram à CNE manifestar a vontade de querer desistir da candidatura. Era mister para estes desistentes não apenas a declaração de desistência, mas um formalismo legal que incluía um documento de tomada de conhecimento pela AJUDEM, documento esse que devia ter sido carimbado.

Esses quatro documentos de notificação das desistências da AJUDEM nunca foram apresentados à CNE, o que tornava legalmente inexecutável a desistência. No dia seguinte, a CNE apareceu em deliberação a assessorar os desistentes, dando passos sobre como desestabilizar o processo. Por ironia do destino, os tais desistentes nunca conseguiram reunir tais documentos. Até um assalto às instalações da AJUDEM foi engendrado, muito provavelmente à procura do carimbo.

Ora, depois de os desistentes não terem encontrado o carimbo, a Comissão Nacional de Eleições fica nervosa e marca uma sessão exactamente para passar por cima da sua própria deliberação que dizia que os que queriam desistir tinham de apresentar um documento de tomada de conhecimento carimbado, ou seja, sem necessariamente entrar em teorias de conspiração, das duas, uma: ou a CNE está interessada na reprovação da candidatura da AJUDEM, ou está envolvida no assalto aos escritórios da AJUDEM.

A CNE chegou até à indignidade de notificar a AJUDEM sobre os quatro elementos que queriam desistir, voltando a dar a mesma assessoria, dando a entender que era urgente para a CNE a desistência dos quatro elementos para oficializar a queda da candidatura toda. E é exactamente por isso que, depois de a CNE, aliás, os assaltantes, não terem encontrado ladrões, foram reunir de emergência e reprovaram a candidatura, sem ter feito o mínimo esforço de ver na lei que o legislador dá aos desistentes o mesmo tratamento ao cabeça-de-lista, ou seja, a prerrogativa de serem substituídos, em nome da estabilidade do processo.

No caso de Venâncio Mondlane, idem. Um simples esforço por parte da CNE na interpretação da lei sobre a renúncia ou a incompatibilidade e a nova ordem constitucional era suficiente para evitar aquela

deliberação ridícula. Ainda bem que a própria deliberação faz questão de informar que não foi fruto de uma elaboração jurídica, mas da barbaridade da ditadura do voto. Pelo menos fica claro que não foi pela lei, apenas “triumfaram os porcos” na revolução contra a lei e o bom senso.

E é preciso notar que o pretenso rigor da letra da lei que foi aplicado para rejeitar a candidatura de Venâncio Mondlane já foi abruptamente dispensado, quando foi para rejeitar a candidatura de Samora Machel Júnior, ou seja, o que a Comissão Nacional de Eleições quer, na verdade, é uma interpretação conveniente suficiente para desestabilizar o processo.

Em tudo isto, o que fica claro é que é a própria Comissão Nacional de Eleições que faz de tudo e mais alguma coisa para criar instabilidade e vulgarizar o processo eleitoral, isso quando se sabe que se chegou até onde se chegou hoje, com uma nova Constituição e uma nova lei eleitoral exactamente por causa de uma guerra civil causada pelas irresponsabilidades da CNE. Sobre quem anda a dar ordens à CNE para agir da forma como está a agir, aqui pouco interessa. O que nos interessa é saber se estarão disponíveis para pagar a factura do fogo, como no passado. E a Renamo vai continuar a assistir a essa agenda de infantilização? Se todo o esforço que está a ser feito visa a reconciliação, tudo indica que a CNE está-se nas tintas para a tal reconciliação e quanto mais achas forem atiradas à fogueira melhor ainda. Do nosso lado, achamos que não há condições nenhuma para que haja eleições com esta CNE que já mostrou a sua total irresponsabilidade, a não ser que sejam suspensas as ordens para atear fogo que estão sobre ela. Se isto é reconciliação e a Renamo cai nessa conversa de entrega de armas, então que se prepare para mais uma vez ser canibalizada e torne-se motivo chacota. A Renamo tem uma de duas saídas: ou contribui para o brilharete do curriculum de Nyusi, ou contribui para colocar as coisas na linha. De falta de aviso certamente é que não se pode queixar.

Canal de Moçambique